



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

CERIMÔNIA NO MUSEU DO PAÇO IMPERIAL

Rio de Janeiro, RJ
25 de junho

O Paço Imperial, edifício carregado de História, obtém verbas que irão ser usadas para a conclusão das obras de sua reforma.

23 de junho — O Presidente Sarney aprova medidas da Secretaria do Planejamento para zerar o déficit público até 1991.

25 de junho — O Presidente Sarney, após assistir à sessão regular da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, vai a cerimônia no Paço Imperial. À saída, tem o ônibus em que se encontrava apedrejado por manifestantes, que gritam palavras de ordem contra o chefe do governo. O presidente permanece impassível durante o grave incidente, que chega a ferir alguns membros da comitiva.

Estou nesta Casa carregada de história. Aqui aconteceu o Fico, aqui foi assinada a Abolição. Aqui está um pedaço sagrado do Brasil.

Aqui estou não apenas como escritor, como homem sensível à arte, mas também, e, sobretudo, como brasileiro. Esta cerimônia tem um significado especial para mim. Acontecimentos importantes aqui nos reúnem: a condecoração desta grande artista brasileira Bidu Sayão; a assinatura de atos, um dos quais se revertendo em benefício da conclusão das obras deste Paço Imperial; e o aniversário de um ano do envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei que estabelece incentivos fiscais para a área da cultura, a lei que se tornou conhecida como Lei Sarney.

Ela correspondia a velho sonho e antigo projeto meu, pelo qual lutei anos a fio, que ainda em 1985 apresentei ao Congresso Nacional, coroamento de minha participação no Legislativo, ao despedir-me do Senado Federal.

Este foi um ano de aprendizado na aplicação da lei. Não havia o hábito dos investimentos culturais por parte das empresas nem dos artistas e intelectuais.

Criamos um sistema novo, inauguramos uma experiência sem precedentes.

E, apesar disso, nestes poucos meses de aplicação da lei, de outubro do ano passado, quando foi regulamentada, até agora, a resposta foi surpreendente e os resultados já são expressivos. A iniciativa privada reagiu da maneira mais positiva. Está criado no Brasil um forte mercado nacional de arte, a produção de bens culturais.

Já receberam certificados de inscrição no cadastro do Ministério da Cultura mil quatrocentas e vinte instituições de natureza cultural. Algumas entidades, que não representam a totalidade daquelas beneficiadas com a lei, comunicaram àquele Ministério haverem recebido um total de quatrocentos e trinta milhões de cruzados.

Neste ano, quando já estão amplamente difundidos os mecanismos da lei, esperamos resultados bem mais significativos, em todos os recantos do País.

O objetivo da Lei Sarney é apoiar a vida cultural sem interferir. Ela descentraliza as iniciativas e os projetos. Creio mesmo ser grande sua importância política, pois através dela o Estado recusa o papel paternalista e devolve à sociedade a capacidade de buscar seus próprios caminhos.

Tivemos aqui, hoje, bons exemplos de aplicação da Lei Sarney. Acabamos de assinar mais dois atos cuja viabilidade a ela devemos. Trata-se de doações feitas através dessa Lei.

Uma delas é para a conclusão das obras deste belo Museu do Paço Imperial, que é nosso dever preservar e valorizar, pois ele está repleto de símbolos, que guardam muito da memória nacional.

Foi também com recursos propiciados pela Lei Sarney que pôde ser realizada, aqui no Paço, esta belíssima exposição sobre o Brasil holandês, uma exposição histórica, reunindo acervos de diferentes museus e de coleções privadas. Através das pinturas de grandes artistas, como Franz Post, de peças, de objetos de uso pessoal, de tapeçarias, de fotografias das fortificações, temos aqui uma amostragem desta época de nosso passado, que correspondeu à presença holandesa no Brasil.

O reflorestamento cultural que desejamos estimular com os incentivos fiscais não está sujeito a preconceitos.

Quando assumi, o Brasil não tinha um ministério estruturado para a cultura. O Ministério da Cultura é, hoje, uma realidade das mais vivas. Quero aproveitar esta oportunidade para congratular-me com o ministro Celso Furtado, pelas inúmeras conquistas e pelo trabalho exemplar que, com inteligência e dedicação, tem realizado à frente daquele ministério. Ele colocou seu nome, com talento, sua respeitabilidade a serviço desta causa, a causa da cultura.

E se é em nome da cultura que nos reunimos, nada mais justo nem oportuno que render homenagem a Bidu Sayão, que tão alto sempre soube elevar o nome do Brasil no mundo da música.

Condecorar Bidu Sayão com a Ordem Nacional do Mérito é ato de justiça, a que procedo com grande satisfação.

Não poderia pensar para tanto em cenário mais apropriado do que a cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu Bidu Sayão e onde se registraram alguns de seus maiores êxitos.

Em fevereiro último, o Metropolitan Opera House de Nova York fez questão de evocar sua primeira apresentação naquela cidade, com nova produção da mesma ópera de seu exórdio — a *Manon*, de Massenet.

Ao Brasil, finalmente, cabe encerrar este ciclo de comemorações, conferindo a Bidu Sayão sua mais alta distinção honorífica, no mais alto grau concedido a um profissional das artes.

Quem acompanha nossa produção cultural e tem contato com a obra de artistas da dimensão de Bidu Sayão não pode deixar de acreditar no Brasil.

Por isso, quando vejo semear o pessimismo, penso em repetir aquelas palavras de Sílvio Romero:

«... O problema de nosso futuro não é coisa que se resolva com o simples falar bem ou mal a nosso respeito. Precisamos de amor, de coragem, de abnegação, de dignidade, de espírito de justiça, de atividade bem dirigida, de entusiasmo consciente pelas nobres causas e elevadas idéias... é do que precisamos nós e não de nos amuar aí para um canto, como velhos desiludidos... esta terra vale bem que nós a amemos...»